

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o excerto abaixo para responder às questões 1 a 5:

O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) determinou que o município suspenda o Edital de Chamamento Público n. *****, cujo objeto é firmar contrato de gestão da Unidade de Pronto Atendimento Municipal, no valor estimado de R\$ *****. O contrato incluiria supervisão técnica, gestão, execução e gerenciamento das unidades.

Na Decisão Singular, publicada no Diário Oficial, o relator do processo aponta inconsistências no edital quanto ao procedimento de qualificação das entidades e os estudos prévios que fundamentam as metas estabelecidas para o contrato. A decisão ressalta ainda a necessidade de realização de melhorias estruturais no documento, com o objetivo de selecionar organização social que atue na área de saúde no município e que seja qualificada.

A deliberação aponta que no edital não há informações suficientes que justifiquem a necessidade de realização de obra na estrutura das unidades de saúde. Também não constam dados como o volume real de atendimentos terapêuticos e de procedimentos cirúrgicos a serem contratados, o que pode resultar no mau uso de recursos públicos.

O relator determinou que, num prazo de 10 dias, a Secretaria Municipal de Saúde deve encaminhar ao TCE/SC estudo sobre a vantajosidade da iniciativa, o procedimento de qualificação das organizações sociais, a previsão de obra e a quantificação dos serviços de saúde.

Fonte: <https://www.tcsc.br/tcsc-determina-suspensao-de-edital-para-gestao-de-unidades-de-saude-em-municipio-do-litoral-norte>. Acesso em: 03 abr. 2025.

Questões	Verdadeiro	Falso
1 Na oração “O contrato incluiria supervisão técnica, gestão, execução e gerenciamento das unidades”, o modo do verbo utilizado dá a ideia de certeza, fato.		
2 Os vocábulos “técnica” e “saúde” não pertencem à mesma regra de acentuação gráfica.		
3 Na oração “O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) determinou que o município suspenda o Edital de Chamamento Público n. *****, cujo objeto é firmar contrato de gestão da Unidade de Pronto Atendimento Municipal”, é correto afirmar que o pronome relativo “cujo” está concordando em gênero e número com “objeto”.		
4 No texto, onde se lê: “A deliberação aponta que no edital não há informações suficientes que justifiquem a necessidade de realização de obra na estrutura das unidades de saúde. Também não constam dados como o volume real de atendimentos terapêuticos e de procedimentos cirúrgicos a serem contratados, o que pode resultar no mau uso de recursos públicos.”, é correto afirmar que há uma		

justificativa para a falta de ação do Tribunal de Contas no processo.		
5 De acordo com as informações do texto, o edital não estava de acordo com as necessidades da unidade de saúde e, por isso, não conseguiu liberação para realizar a obra.		
<u>Leia o excerto abaixo para responder às questões 6 e 7:</u> Ofício Circular n.º 000442017/CN-CNMP Brasília-DF, 4 de julho de 2017. A Sua Excelência o Senhor AXXXXXX PXXXXX MXXXXX FXXXXX Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Rondônia Ministério Público do Estado de Rondônia Assunto: Encaminha Carta de Brasília. Senhor Procurador-Geral de Justiça, Considerando a necessidade de fomentar a atuação proativa e resolutiva do Ministério Público brasileiro e modernizar o controle da atividade extra-jurisdicional por parte das Corregedorias do Ministério Público, encaminho-lhe a Carta de Brasília, aprovada no 7º Congresso de Gestão do CNMP, em 22 de setembro de 2016. Na oportunidade, solicito que a referida Carta seja amplamente divulgada a todos os membros e servidores e sirva como parâmetro para a atuação funcional dos Membros da Unidade e como parâmetro para a Administração Superior, as Corregedorias locais e as Chefias das Unidades, quanto à adoção de suas diretrizes. Atenciosamente, Fonte: https://www.academia.edu/37027703/Carta_de_Bras%C3%ADlia (adaptado). Acesso em 31 mar. 2025.		
Questões	Verdadeiro	Falso
6 No sintagma nominal “controle da atividade extra-jurisdicional”, a palavra “extra-jurisdicional” está grafada corretamente, de acordo com o Acordo ortográfico de Língua Portuguesa de 2009.		
7 Na sentença 'encaminho-lhe a Carta de Brasília', o pronome 'lhe' está corretamente empregado como objeto indireto do verbo 'encaminhar'.		
<u>Leia o excerto abaixo para responder às questões 8 a 10:</u> Tratam os autos do processo de Inspeção, instaurado para apuração de supostas irregularidades relativas ao atraso no envio de balancetes e à ausência de prestação de contas referentes a despesas diversas realizadas pela Prefeitura Municipal de *****, originado nos autos apartados do Processo n. REP **/*****. As irregularidades averiguadas abrangem, especialmente, o atraso no envio dos balancetes do exercício de 2016 à Câmara Municipal, a ausência de prestação de contas de reformas escolares, a aquisição injustificada de pneus e de combustíveis, a má qualidade na		

merenda escolar e a aquisição de tubos destinados à implementação de saneamento básico sem a execução efetiva da obra.

Questões	Verdadeiro	Falso
8 Analisando o segundo parágrafo do texto lido, é correto afirmar que o termo "abrangem" está conjugado na primeira pessoa do plural.		
9 No trecho "[...] o atraso no envio dos balancetes do exercício de 2016 à Câmara Municipal [...]", há o uso adequado do acento indicativo de crase.		
10 No trecho "As irregularidades averiguadas abrangem, especialmente, o atraso no envio dos balancetes [...]", é possível inferir que a única irregularidade abordada no texto é o atraso no envio de balancetes.		

CONTROLE EXTERNO

Questões	Verdadeiro	Falso
11 Conforme previsto na Constituição Federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.		
As questões 12 a 15 devem ser respondidas com base na Resolução N. TC-06/2001 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina) e suas alterações.		
12 O Tribunal de Contas tem jurisdição própria e privativa em todo o Estado de Santa Catarina sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. A jurisdição do Tribunal abrange qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie, ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou o Município responda, ou que, em nome destes, assuma obrigações de natureza pecuniária.		
13 Ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma da legislação vigente, em especial da sua Lei Orgânica, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as fundações e as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.		
14 Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado. A denúncia sobre matéria de competência do Tribunal deverá		

referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, relacionar-se a um objeto determinado e a uma situação-problema específica, estar acompanhada de indícios, de evidências ou de elementos de convicção razoáveis quanto à presença das possíveis irregularidades noticiadas e que justifiquem o início da atividade fiscalizatória, bem como conter o nome legível do denunciante, sua qualificação, até mesmo o seu endereço e a sua assinatura.		
15 Em todas as etapas do processo de julgamento de contas, de apreciação de atos sujeitos a registro e de fiscalização de atos e contratos será assegurada aos responsáveis ou interessados ampla defesa. Das deliberações do Tribunal de Contas proferidas no julgamento de prestação ou tomada de contas, tomada de contas especial, na fiscalização de atos administrativos, inclusive contratos e atos sujeitos a registro, cabem recursos de Reconsideração, de Embargos de Declaração, de Reexame e Agravo.		

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM DIREITO		
Questões	Verdadeiro	Falso
16 Nos termos da Constituição Federal, é vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.		
17 De acordo com o artigo 37 da Constituição Federal, os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.		
18 Nos termos da Constituição Federal, a lei poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício, para fins de aposentadoria do servidor abrangido por regime próprio de previdência social.		
19 O artigo 73 da Constituição Federal assegura que os membros do Tribunal de Contas da União (TCU) sejam escolhidos entre brasileiros com mais de 30 anos de idade e com notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.		
20 A Constituição Federal estabelece que o Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, sendo que a Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo, ao passo que o Senado Federal por representantes dos Estados e do Distrito Federal.		

21 De acordo com a Lei (federal) n.º 9.784/1999, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, apenas quando deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais.		
22 De acordo com a Lei (federal) n.º 14.133/2021, não poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.		
23 A Lei (federal) n.º 12.527/2011 estabelece que são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.		
24 De acordo com o Decreto-Lei n.º 4.657/1942 (LINDB), para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, exceto no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.		
25 A Lei (federal) n.º 13.709/2018 traz hipóteses em que é permitido o tratamento de dados pessoais sensíveis, dentre as quais quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas.		
26 Nos termos da Constituição Federal, integrará o plano plurianual, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.		
27 Nos termos da Constituição Federal, a lei de diretrizes orçamentárias poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.		
28 Nos termos da Constituição Federal, os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.		
29 De acordo com Código de Processo Civil, o direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA - 2025
EDITAL N. TC-001/2025
COMUNICADO 01
ÁREA: DIREITO

justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores.		
30 Nos termos do Código de Processo Civil, a petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.		